

ATA NÚMERO 09/XIII (1.ª)

12 de janeiro de 2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 05 de janeiro

3. Comunicações do Presidente

4. [Petição n.º 4/XIII](#), da Junta de Freguesia e Associação de Pais das escolas da Quinta do Conde, *Solicitam a construção duma Escola Secundária na Quinta do Conde*

- Audição dos peticionários
- Deputado Relator: André Pinotes (PS)

5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição do Ministro da Educação para que preste esclarecimentos sobre o seu pensamento, agenda e prioridades de atuação no que à Educação diz respeito

- Apreciação e votação

6. [Petição n.º 545/XII](#), de Maria da Soledade Graça Ribeiro de Sousa — Solicita a alteração do regime de aposentação dos docentes em monodocência com o curso concluído até 1974

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Maria Augusta Santos (PS)

7. [Petição 546/XII](#), do Sindicato Independente de Professores e Educadores — Graduação profissional como único critério de seleção e abertura urgente de lugares de quadro de Agrupamento

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Maria Manuela Tender – PSD

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação

- **Apreciação e votação**

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

- Dia 19 de janeiro de 2016 – 15h00
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 05 de janeiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Competências da Comissão

O Presidente informou que tinha sido equacionada na Conferência de Presidentes a alteração do documento das Competências das Comissões, atenta a publicação da lei orgânica do Governo, nomeadamente, com a separação do Ministério da Educação do da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, fixando que a missão do segundo *“compreende a inovação de base científica e tecnológica, as orientações em matéria de repositórios digitais, a computação científica, a difusão da cultura científica e tecnológica e a cooperação científica e tecnológica internacional, nomeadamente com os países de língua portuguesa”*.

Por outro lado, indicou que a cooperação se inseria nas competências da Comissão de Negócios Estrangeiros e que estavam incluídas nas Competências da 12.^a Comissão *“ocupar-se das políticas relativas às tecnologias de informação e comunicação, à sociedade da informação e aos novos canais de comunicação, como as redes sociais e os blogues”*, pelo que poderia ser necessário articular as competências com esta, tendo obtido anuência da Comissão para tratar da matéria.

A Deputada Elza Pais (PS) referiu que na anterior legislatura existia um Deputado relator da Avaliação Tecnológica Parlamentar, tendo a matéria ficado para ser ponderada.

3.2. Baixa de iniciativas legislativas

O Presidente informou que tinha baixado à Comissão o Projeto de Resolução referido abaixo, tendo a Deputada Joana Mortágua (BE) informado que iam retirá-lo, dado que o Ministro da Educação tinha suspenso o teste em causa, e fariam um requerimento ao Governo sobre o ponto 1 do mesmo.

Projeto de Resolução	66	XIII	1	<u>Revoga o "Processo Cambridge"</u>	Baixa comissão para discussão	2016-01-06	BE
----------------------	----	------	---	--------------------------------------	-------------------------------	------------	----

A Deputada Joana Mortágua informou ainda que o Projeto de Resolução seguinte seria discutido na Comissão.

Projeto de Resolução	68	XIII	1	<u>Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976</u>	Baixa comissão para discussão	2016-01-08	BE
----------------------	----	------	---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------	------------	----

Na sequência da baixa à Comissão, sem votação, para apreciação, por 15 dias, dos Projetos de Resolução seguintes, os Deputados do BE e do PCP indicaram que iam apresentar um texto conjunto de substituição dos mesmos, tendo-se acordado que seria apreciado na reunião seguinte da Comissão.

Projeto de Resolução	56	XIII	1	<u>Racionalização dos contratos de Associação com o ensino privado garantido a proteção da escola pública</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-01-08	BE
Projeto de Resolução	61	XIII	1	<u>Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-01-08	PCP

Por outro lado, dado que a FENPROF tinha apresentado algumas petições sobre a matéria, que tinham sido discutidas conjuntamente com os Projetos de Resolução e solicitava agora uma audiência urgente para equacionar o mesmo assunto, foi consensualizado marcá-la igualmente para a reunião seguinte.

O Presidente da Comissão informou depois que tinha terminado o prazo para recolha de pareceres/contributos no âmbito da apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 37/XIII/1ª, BE, Eliminação dos exames nacionais do 1.º ciclo do ensino básico](#) e do [Projeto de Lei n.º 44/XIII/1ª, PCP, Elimina as provas finais de 1.º ciclo do Ensino Básico](#), estando os mesmos disponíveis nas respectivas iniciativas e indicou a calendarização subsequente, com apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares até 13 de janeiro, distribuição do mapa comparativo no dia 15 e votação na especialidade no dia 19.

Na sequência das intervenções dos Deputados Joana Mortágua (BE) e Porfírio Silva (PS) e dado que o Ministro da Educação tinha entretanto alterado a matéria, foi consensualizado adiar as fases seguintes da apreciação na especialidade das duas iniciativas.

3.3. Conta Geral do Estado de 2014

Na sequência da distribuição da Conta Geral do Estado de 2014, o Presidente informou que a mesma era atribuída ao PS para elaboração de parecer, que seria apreciado na reunião de 26 de janeiro. O Deputado Porfírio Silva informou que indicaria posteriormente o Deputado relator.

3.4. Pedidos de audiências

Por último, foi prestada informação sobre os pedidos de audiência recebidos na Comissão e consensualizado se a mesma teria lugar na Comissão ou por Deputado-piloto, nos termos a seguir referidos:

- **Escola Secundária Dom Manuel Martins** – *Diminuição progressiva do número de alunos – medidas a adotar.*
 - ✓ Audiência por Deputado-piloto do PSD, a indicar posteriormente.
- **Associação Académica de Coimbra** - *Apresentação do livro “Educação – Uma visão de futuro” e discussão do programa do Governo no que respeita ao ensino superior e Ciência.*
 - ✓ Audiência na Comissão.
- **Filipe Jeremias** – *Rede de Projetos Educativos Inovadores em Portugal, uma rede de apoio e fortalecimento de um movimento de mudança da educação, incluindo vários tipos de abordagem e opções, desde a escola pública, privada, projetos associativos, comunidades de aprendizagem, ensino doméstico e individual.*

✓ Audiência por Deputado-piloto do PCP, a indicar posteriormente.

- **Presidente da Sociedade Portuguesa de Hipertensão** – *Debater novos desenvolvimentos no que diz respeito ao consumo de sal em Portugal, assim como definir novas estratégias para diminuir o seu consumo, especialmente no âmbito da educação.*

✓ Audiência por Deputado-piloto do PSD, a indicar posteriormente.

4. **Petição n.º 4/XIII**, da Junta de Freguesia e Associação de Pais das escolas da Quinta do Conde, *Solicitam a construção duma Escola Secundária na Quinta do Conde*

O Senhor Presidente deu início à audição dos peticionários da petição n.º 4/XIII (1.ª), da Junta de Freguesia e Associação de Pais das escolas da Quinta do Conde, que solicitam a construção duma escola secundária na Quinta do Conde.

A delegação era constituída por Francisca Rosa (vogal substituta do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde), João Valente (Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde), Ana Oliveira (Associação de Pais da Escola Básica Integrada), Paulo Duarte (Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Giacometti e Vice-Presidente da FERSAP), Felícia Costa (Vereadora com o pelouro da Educação na Câmara Municipal de Sesimbra), Odete Graça (Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra), Pedro Pina (Vereador com o pelouro da Educação na Câmara Municipal de Setúbal), Eduardo Cruz (Diretor do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti), Clara Rosa (Diretora do Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde), Nuno Mantas (Diretor do Agrupamento de Escolas da Boa Água), Maria Clara Félix (Diretora do Agrupamento de Escolas de Azeitão) e Vítor Antunes (Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde).

Os peticionários, representando a comunidade educativa, os autarcas, as famílias e os alunos, referiram que a freguesia da Quinta do Conde é, em termos populacionais, uma das que mais tem crescido em Portugal nos últimos 20 anos e que precisa urgentemente de uma escola secundária porque tem milhares de alunos a ter de se deslocar todos os dias, com um trajeto de 2 horas, para escolas de outros concelhos, designadamente para Palmela, Barreiro, Seixal, Almada, Montijo e até Lisboa, com consequências sociais e económicas quer para os jovens quer para as famílias quer para as autarquias. 20% dos alunos são colocados na zona, mas os restantes 80% tem de ir para fora.

Sublinharam que é incompreensível que 20 anos passados sobre o início do processo conducente à construção de uma escola secundária nesta localidade ainda se continue a falar na concretização deste projeto, relembrando, a propósito, as diligências feitas até agora pela Junta de Freguesia e pelas respetivas câmaras municipais; que já em 2007 o Ministério de Educação reconhecia a necessidade da existência de uma nova escola secundária, mas, apesar do município ter cumprido os objetivos definidos na carta educativa do concelho aprovada pelo governo de então, até hoje não foi dada qualquer resposta; que, inclusivamente,

a Câmara Municipal de Sesimbra já tinha cedido um terreno para a construção de uma escola secundária, tendo a Parque Escolar, EPE assumido a sua construção, com o compromisso de iniciar a obra em 2011 e terminá-la em 2013, o que não veio a acontecer. Apesar de as duas cartas educativas preverem a construção urgente desta escola secundária, a verdade é que em 2011 foi suspenso o processo de construção atendendo às dificuldades económicas do País e à necessidade de se proceder à contenção de recursos.

A Senhora Deputada Emília Santos (PSD) referiu que a freguesia da Quinta do Conde é uma das que mais tem crescido nas últimas duas décadas, com um elevado número de jovens, estando bastante afastada da sede do concelho. Disse partilhar as mesmas preocupações dos peticionários, assumindo o compromisso do Grupo Parlamentar do PSD ir acompanhar esta matéria para que este assunto possa ser resolvido, e que esta situação contraria a tendência que se vive a nível nacional, com crianças a menos e escolas a mais. Sendo verdade que o Estado não tem recursos ilimitados, adiantou que há, no entanto, casos isolados que merecem ser considerados e estudados, havendo que dar resposta às necessidades e legítimas aspirações e expectativas da população, em especial dos mais jovens.

A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) adiantou que, sendo habitante da Quinta do Conde, conhece muito bem a situação e aquilo que os alunos vivem no seu dia-a-dia para conseguirem prosseguir os seus estudos. A freguesia da Quinta do Conde é uma das que mais tem crescido nos últimos anos e que tem uma população muito jovem mas, apesar disso, carece de uma rede de transportes adequada e de escolas em número suficiente para dar resposta a todas as necessidades, obrigando perto de 1000 alunos a deslocar-se para fora da sua área de residência e daí a necessidade de construir uma nova escola.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que a situação tem-se vindo a agravar nos últimos anos e que neste momento é crítica. A escola existente, com mais de 30 anos, nem sequer pode ser alargada, porque não tem espaço físico suficiente para que se possa tomar em consideração essa opção. Daí ser para o Grupo Parlamentar do CDS-PP necessário e urgente a construção de uma nova escola secundária na Quinta do Conde.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) falou da necessidade de resolver este urgentemente este problema tão grave, que se arrasta há muitos anos e que urge resolver, sublinhando que o Grupo Parlamentar do PCP tudo fará para que isso possa acontecer.

O Senhor Deputado André Pinotes (PS), relator da petição, disse que o Grupo Parlamentar do PS tudo iria fazer para resolver a pretensão apresentada pelos peticionários e para que se possa encontrar uma solução que dê resposta a todas as necessidades unanimemente reconhecidas das famílias e alunos e para que não de caia no marasmo de tudo se consensualizar e não chegar a solução nenhuma nem no jogo de «passa a culpa». Apesar de todos terem a noção de que os recursos não são ilimitados, reafirmou ser evidente a unanimidade em torno da necessidade de construção deste equipamento escolar. Por fim, referiu-se aos tempos médios de deslocação dos alunos, aos transportes diários e aos encargos resultantes para os pais e à necessidade de encontrar uma resposta para resolver este tão grave problema.

Os representantes dos peticionários reafirmaram a premência de uma resposta a este problema de uma enorme gravidade e reiteraram muitas das questões abordadas inicialmente.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página da Comissão na Internet](#).

5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição do Ministro da Educação, para que preste esclarecimentos sobre o seu pensamento, agenda e prioridades de atuação no que à Educação diz respeito

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez a apresentação do requerimento, justificando a audição do Ministro da Educação. Os Deputados Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Virgínia (PCP) e Amadeu Albergaria (PSD) concordaram com o requerimento, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. [Petição n.º 545/XII](#), de Maria da Soledade Graça Ribeiro de Sousa, *Solicita a alteração do regime de aposentação dos docentes em monodocência com o curso concluído até 1974*

A relatora, Deputada Maria Augusta Santos (PS), apresentou o relatório final da petição, que foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

7. [Petição 546/XII](#), do Sindicato Independente de Professores e Educadores, *Graduação profissional como único critério de seleção e abertura urgente de lugares de quadro de Agrupamento*

A relatora, Deputada Maria Manuela Tender (PSD), apresentou o relatório final da petição, que foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação, acerca do parecer sobre Avaliação das Aprendizagens e Realização de Provas Finais no Ensino Básico

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) fez a apresentação do requerimento, justificando a importância da audição para apresentação do parecer do Conselho Nacional de Educação, tendo em conta as alterações na matéria que tinham sido introduzidas pelo Ministro da Educação. Os Deputados Porfírio Silva (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Virgínia (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordaram com a audição, tendo o requerimento sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Outros assuntos

Tendo sido distribuída a proposta do Governo com indicação das semanas em que se verificariam as audições regimentais do Ministro da Educação e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi a mesma aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Data da próxima reunião

- Dia 19 de janeiro de 2016 – 15h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 30 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 19 de janeiro de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Elza Pais
Gabriela Canavilhas
José Cesário
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Coimbra
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: